

Vereadores aprovam passe livre em pleitos



Projeto passou na Câmara Municipal de Porto Alegre por 32 votos a três

GABRIEL JACOBSEN
gabriel.jacobsen@rdggaucha.com.br

A Câmara Municipal aprovou, por 32 votos a três, o projeto de lei que garante a volta do passe livre nos ônibus de Porto Alegre em dias de eleição. Direito tradicional dos eleitores da Capital desde a década de 1990, a gratuidade em pleitos havia sido retirada no fim de 2021, mas voltou à discussão dias antes do primeiro turno deste ano.

A aprovação ocorreu em sessão extraordinária da Câmara para garantir que o benefício já entre em vigor em 30 de outubro, data do segundo turno. O projeto ainda precisa ser sancionado pelo prefeito Sebastião Melo.

Os votos favoráveis à retomada da gratuidade nos ônibus uniram tanto a base aliada do prefeito quanto os vereadores de oposição. Os três votos vencidos foram dados por Cezar Schirmer (MDB) e pelos dois vereadores do Novo, Felipe Camozzato e Mari Pimentel.

Em dias de vacinação, será editado decreto para determinar o passe livre, detalha o texto. As modificações alteram a Lei Complementar nº 362/1995, que já prevê liberação das catracas no feriado de Navegantes.

Matheus Gomes (PSOL), um dos vereadores mais envolvidos na defesa da retomada do passe livre, avaliou que a votação foi “produto de uma vitória popular”.

– É assim que compreendemos o envio por parte da prefeitura, que instituiu novamente o passe livre nas eleições.

João Bosco Vaz, do PDT, argumentou que a medida facilita

o acesso dos eleitores às urnas:

– Ah, reclamam que custa R\$ 1,2 milhão (*o passe livre em eleições*). Mas democracia custa caro. E isso não é custo, é investimento.

O líder do governo Melo na Câmara, Cláudio Janta (Solidariedade), defendeu a aprovação, mas cobrou que deputados e senadores alterem a legislação e garantam o passe livre em todo o país, com recursos federais:

– Estas eleições no primeiro turno custaram aos cofres R\$ 1,334 bilhão. As eleições, os espaços de TV, isso custou R\$ 1 bilhão. E lá (*em Brasília*) não vi ninguém dizer para qualquer ministro que está cuidando disso para incluir a passagem aí (*nesse custo*). Esperamos que essa nova composição do Congresso coloque lá que no dia das eleições o governo (*federal*) subsidie.

Críticas

Único vereador do MDB a votar contra o projeto, Schirmer afirmou que o assunto não teve “discussão séria, mas superficial” com “interesse partidário eleitoral”. Ele disse que o projeto é motivado pelo medo de que a elevada abstenção prejudique a eleição de Lula (PT) à Presidência da República:

– O que faz as pessoas se absterem não é a falta do passe livre, é a desmoralização da política e dos partidos. Essa discussão fica aquecida. Votei com coerência.

Schirmer critica também a desaprovação de uma emenda que previa o passe livre apenas para famílias em situação de vulnerabilidade, com registros em programas sociais como o CadÚnico.

Ele pontua que “ninguém avaliou quantas pessoas usaram o transporte no primeiro turno para votar ou passear”.

A bancada do Novo disse que seria favorável ao passe livre nas eleições apenas se a medida fosse destinada a pessoas que comprovassem a baixa renda. Sem conseguir apoio para a emenda que restringiria o passe livre, Camozzato e Mari votaram contra a gratuidade.

Já Melo lembrou que sua intenção era encaminhar passe livre destinado aos mais necessitados, mas que a base do governo na Casa entendeu que o benefício deveria ser irrestrito e considerou encerrado o assunto:

– Isto tem um custo da passagem. A partir de agora, eu vou lutar, como vice-presidente da Frente Nacional de Prefeitos da área de mobilidade urbana, para que este custo venha para o custo da eleição e vá para todo o Brasil. É preciso ter uma política de passe livre para todo o país, não uma cidade aqui outra acolá.

O passe livre nos ônibus em dias de eleições integrava as regras do transporte público da Capital até 2021. No fim do ano passado, a Câmara aprovou projeto de lei encaminhado por Melo que acabava com o benefício. À época, o tema não teve repercussão, mas voltou a ser debatido no fim de setembro, dias antes do primeiro turno.

O assunto acabou judicializado em Porto Alegre. Derrotada, a prefeitura garantiu o passe livre no primeiro turno por meio de acordo entre órgãos públicos. Depois disso, o prefeito encaminhou o projeto, agora aprovado.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Seção: Eleições 2022 **Página:** 12